Anais do IIIº Seminário GeoÁfrica - 2025

GESTÃO INTEGRADA E PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NAS ÁREAS DE CONSERVAÇÃO EM MOÇAMBIQUE: PERSPECTIVAS COMPARADAS ENTRE O PARQUE NACIONAL DE MAPUTO E O PARQUE NACIONAL DE LIMPOPO

INTEGRATED MANAGEMENT AND COMMUNITY PARTICIPATION IN CONSERVATION AREAS IN MOZAMBIQUE: COMPARATIVE PERSPECTIVES BETWEEN MAPUTO AND LIMPOPO NATIONAL PARKS

GESTIÓN INTEGRADA Y PARTICIPACIÓN COMUNITARIA EN LAS ÁREAS DE CONSERVACIÓN EN MOZAMBIQUE: PERSPECTIVAS COMPARADAS ENTRE LOS PARQUES NACIONALES DE MAPUTO Y LIMPOPO

Autor

DANIEL BRINGUE CHIMANGUE

Mestrado em Gestão de Áreas de Conservação pela Universidade Pedagógica de Maputo

danielbringues@gmail.com, https://orcid.org/0009-0003-1600-6669

Resumo

A gestão integrada das áreas de conservação em Moçambique representa um desafio contínuo face às dinâmicas sociais, políticas e ecológicas que caracterizam o país. O presente estudo analisa comparativamente os modelos de gestão e as formas de participação comunitária implementadas no Parque Nacional de Maputo (PNM) e no Parque Nacional do Limpopo (PNL). A investigação baseou-se em abordagem qualitativa e descritiva, combinando revisão documental e entrevistas a gestores e representantes comunitários. Os resultados indicam que, embora ambos os parques adoptem princípios de co-gestão e integração comunitária, persistem diferenças significativas quanto à efectividade das políticas

participativas, distribuição de benefícios e mecanismos de compensação. O PNM apresenta avanços no envolvimento local e em programas de educação ambiental, enquanto o PNL demonstra maior complexidade institucional devido à sua inserção transfronteiriça. O estudo conclui que o sucesso da gestão integrada depende de uma articulação efectiva entre instituições, comunidades e parceiros internacionais, destacando a importância do fortalecimento da governança ambiental participativa em Moçambique.

Palavras-chave: Gestão. Participação. Parques. Ambiente.

INTRODUÇÃO

As áreas de conservação desempenham um papel estratégico na preservação da biodiversidade, na mitigação das mudanças climáticas e na promoção do desenvolvimento sustentável, particularmente em países em desenvolvimento. ″Em Moçambique, esses espaços assumem relevância adicional devido à forte dependência das comunidades locais em relação aos recursos naturais e à crescente pressão antrópica sobre os ecossistemas (MITADER, 2015) ″. Apesar dos avanços institucionais registados nas últimas décadas, a gestão das áreas protegidas continua a enfrentar desafios associados à inclusão social, à sustentabilidade financeira e à eficácia das políticas de conservação.

″Historicamente, os modelos de conservação adoptados em África basearam-se numa abordagem excludente, que separava rigidamente natureza e sociedade. Esse modelo revelou-se limitado, gerando conflitos sociais e reduzida eficácia ecológica (Agrawal; Gibson, 1999) ″. ″Como resposta, emergiu o paradigma da gestão integrada, que propõe a articulação entre dimensões ecológicas, sociais e institucionais, reconhecendo as comunidades locais como parceiras estratégicas da conservação (Borrini-Feyerabend et al., 2013) ″.

″ Em Moçambique, a criação da Administração Nacional das Áreas de Conservação (ANAC) marcou um ponto de inflexão na governação ambiental, ao institucionalizar modelos de co-gestão e incentivar a participação comunitária nas áreas protegidas (ANAC, 2019) ″. No entanto, a implementação desses modelos apresenta resultados diferenciados, variando conforme o contexto territorial, institucional e socioeconómico.

Neste contexto, o presente artigo analisa comparativamente as práticas de gestão integrada e participação comunitária no Parque Nacional de Maputo (PNM) e no Parque Nacional do Limpopo (PNL). Ao comparar duas unidades de conservação com configurações institucionais distintas uma de caráter predominantemente nacional e outra inserida num sistema transfronteiriço, o estudo busca compreender como diferentes arranjos de governança influenciam a eficácia da conservação e o envolvimento das comunidades locais.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Gestão Integrada e Participação Comunitária

> A gestão integrada das áreas de conservação baseia-se na coordenação equilibrada entre a proteção dos ecossistemas, o uso sustentável dos recursos naturais e a promoção do bem-estar das populações locais. Esse paradigma rompe com a lógica clássica da conservação excludente e reconhece a interdependência entre sistemas sociais e ecológicos (Dudley et al., 2014).

″Segundo a União Internacional para a Conservação da Natureza, a eficácia das áreas protegidas depende da integração entre conservação da biodiversidade, desenvolvimento socioeconómico e participação social, por meio de arranjos institucionais inclusivos (Dudley et al., 2014) ″. ″ Borrini-Feyerabend et al. (2013) defendem que a gestão integrada pressupõe governança partilhada, envolvendo múltiplos actores Estado, comunidades, organizações não governamentais e sector privado com responsabilidades e benefícios distribuídos de forma equitativa ″.

A participação comunitária constitui um elemento central desse modelo. Chambers (1997) argumenta que a participação deve ser entendida como um processo de empoderamento, no qual as comunidades deixam de ser meras beneficiárias para se tornarem coprodutoras das políticas públicas. Arnstein (1969) propôs uma tipologia clássica dos níveis de participação, variando desde a informação e consulta até à delegação efectiva de poder decisório.

″ Estudos sobre co-gestão indicam que modelos participativos tendem a ser mais eficazes em contextos de elevada dependência dos recursos naturais, desde que acompanhados por mecanismos claros de responsabilização e redistribuição de benefícios (Carlsson; Berkes, 2005; Berkes, 2009) ″. Contudo, a literatura alerta que a participação pode tornar-se simbólica quando não resulta em benefícios concretos para as comunidades locais (Agrawal; Gibson, 1999).

″ No contexto moçambicano, a gestão integrada enfrenta desafios estruturais relacionados à limitação de recursos financeiros, à sobreposição de competências institucionais e à dependência de financiamento externo (ANAC, 2019) ″. ″ Em áreas de conservação transfronteiriça, esses desafios são ampliados pela necessidade de harmonização de políticas entre diferentes países e níveis de governo (Andersson et al., 2021) ″.

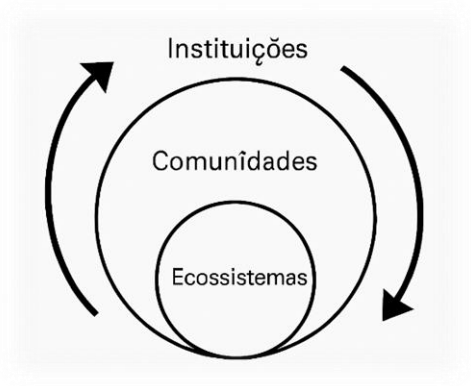
A análise comparativa entre o PNM e o PNL insere-se nesse contexto, permitindo identificar avanços e limitações na implementação dos modelos de gestão participativa em Moçambique. Essa comparação será sustentada por uma abordagem metodológica mista, detalhada na próxima secção, que combina dados documentais, observação de campo e entrevistas semiestruturadas (Tabela 1).

Tabela 1. Principais dimensões teóricas da gestão integrada e da participação comunitária.

Item	Dimensão	Definição	Principais Autores	Aplicação nos Parques
1	Ecológica	Articulação entre ecossistemas, habitats e processos naturais.	Dudley et al. (2014); Dearden et al. (2005)	Conectividade ecológica entre zonas marinhas e terrestres no PNM; corredores de fauna no PNL.
2	Institucional	Coordenação entre níveis de governo, ONGs e comunidades.	Borrini-Feyerabend et al. (2013)	Parcerias ANAC–PPF (PNM) e ANAC–GLTP (PNL).
3	Social	Inclusão de comunidades e valorização do conhecimento local.	Chambers (1997); Berkes (2009)	Comités comunitários e programas de turismo participativo.
4	Económica	Sustentabilidade financeira e redistribuição de benefícios.	Fabricius & Koch (2004)	Fundos comunitários no PNM; compensações no PNL.

Fonte: ANAC (2019); WWF (2020).

Figura 1. Modelo conceptual de interação entre instituições, comunidades e ecossistemas.



Fonte: Borrini-Feyerabend et al. (2013).

METODOLOGIA

A pesquisa adoptou uma abordagem qualitativa e descritiva, com enfoque comparativo entre o Parque Nacional de Maputo e o Parque Nacional do Limpopo. A seleção desses casos justifica-se pelas diferenças institucionais, territoriais e administrativas que caracterizam cada unidade de conservação.

Os dados foram coletados entre 2024 e 2025 por meio de entrevistas semiestruturadas com gestores de parques, representantes comunitários e técnicos de projectos de conservação, totalizando 24 entrevistas (figura 2). Complementarmente, realizou-se observação directa em comunidades situadas nas zonas tampão e análise documental de planos de maneio, relatórios institucionais e literatura científica relevante.

Os dados foram analisados por meio da análise temática de conteúdo, conforme proposto por Bardin (2011), permitindo identificar padrões e categorias analíticas relacionadas à estrutura institucional, mecanismos de participação comunitária, benefícios socioeconómicos e desafios de gestão. A abordagem comparativa possibilitou evidenciar semelhanças e diferenças entre os dois parques.

Tabela 2. Distribuição das entrevistas por grupo de actores no parque.

Item	Grupo de Actores	PNM	PNL	Total
1	Gestores de parque (ANAC e parceiros)	4	4	8
2	Representantes comunitários	5	5	10
3	Técnicos de ONGs e projectos (PPF, GIZ, MozBio)	2	2	4

4	Líderes locais e representantes tradicionais	1	1	2
5	Total	12	12	24

Fonte: Autor (2025).

Como em qualquer pesquisa de campo, o estudo enfrentou algumas limitações. O acesso a determinadas comunidades foi condicionado por factores logísticos e climáticos, o que reduziu o número potencial de entrevistas. Além disso, a escassez de dados actualizados sobre indicadores socioeconómicos nas áreas de conservação dificultou a comparação temporal entre as políticas. Contudo, essas limitações não comprometem a validade do estudo, uma vez que as análises se baseiam em múltiplas fontes trianguladas e em observações directas, garantindo consistência e credibilidade aos resultados.

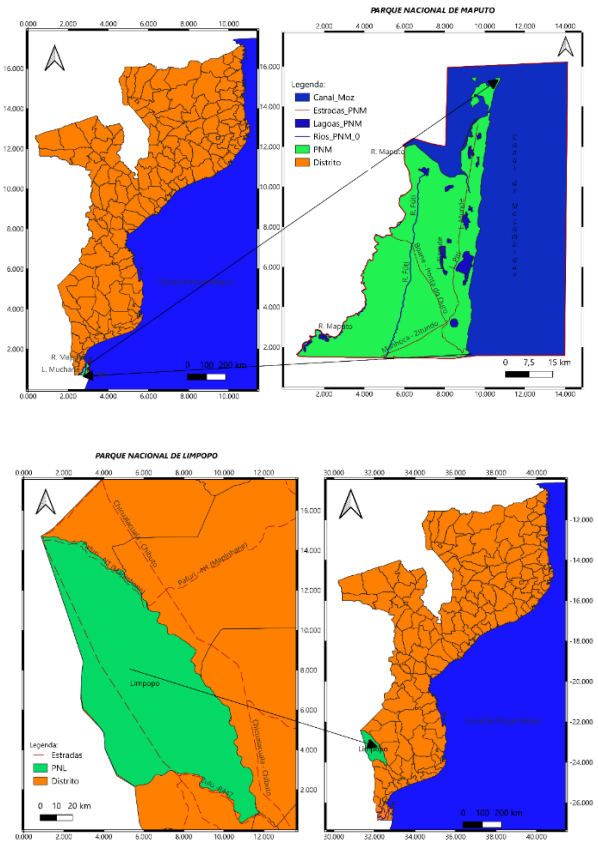
ÁREA DE ESTUDO

O estudo foi desenvolvido no Parque Nacional de Maputo (PNM) e no Parque Nacional do Limpopo (PNL), duas unidades de conservação estratégicas do Sistema Nacional de Áreas de Conservação de Moçambique. A seleção dessas áreas fundamenta-se nas suas diferenças institucionais, ecológicas e administrativas, o que permite uma análise comparativa robusta sobre gestão integrada e participação comunitária.

O Parque Nacional de Maputo localiza-se na região sul de Moçambique, abrangendo ecossistemas costeiros, florestais e húmidos, com forte interação histórica entre as comunidades locais e os recursos naturais. A presença de comunidades residentes e zonas tampão favorece a implementação de iniciativas de co-gestão e turismo de base comunitária.

O Parque Nacional do Limpopo, por sua vez, integra o Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo, envolvendo Moçambique, África do Sul e Zimbabué. Esta configuração amplia a escala ecológica da conservação, mas introduz elevada complexidade institucional, sobretudo no que diz respeito à participação comunitária e à harmonização de políticas de gestão.

Figura 1. Localização geográfica do Parque Nacional de Maputo e do Parque Nacional do Limpopo.



Fonte: Autor (2025).

RESULTADOS

Os resultados evidenciam diferenças significativas entre o Parque Nacional de Maputo e o Parque Nacional do Limpopo no que se refere à gestão integrada e à participação comunitária. No PNM, observa-se maior proximidade institucional entre a administração do parque e as comunidades locais, o que favorece processos participativos mais consistentes e contínuos (tabela 3).

As comunidades do PNM participam em iniciativas de turismo de base comunitária, programas de educação ambiental e mecanismos de repartição de benefícios, contribuindo para maior aceitação social das políticas de conservação. ″ Esses resultados corroboram a literatura que associa a eficácia da conservação ao envolvimento comunitário efectivo e à geração de benefícios tangíveis (Berkes, 2009) ″.

Tabela 3. Mecanismos de participação comunitária identificados no PNM e no PNL.

Item	Mecanismo	Parque Nacional de Maputo (PNM)	Parque Nacional do Limpopo (PNL)
1	Comités de gestão local	Activos, com reuniões trimestrais e representação equilibrada por gênero.	Limitados, com funcionamento irregular e fraca representatividade.
2	Fundos comunitários	Existentes (MozBio e receitas turísticas). Transparência parcial.	Existentes (reassentamento e apoio externo), mas de difícil acesso.
3	Programas de educação ambiental	Implementados em escolas e associações locais.	Pontuais e dependentes de projectos externos.
4	Turismo de base comunitária	Em expansão (artesanato e guias locais).	Em fase inicial, limitado pelo isolamento geográfico.

Fonte: Autor (2025).

No Parque Nacional do Limpopo, a participação comunitária ocorre de forma mais limitada, condicionada pelo contexto de conservação transfronteiriça e pelos processos de reassentamento de populações. Embora existam investimentos em infraestruturas sociais, muitas comunidades percebem desigualdade na distribuição dos benefícios, o que fragiliza o compromisso local com os objetivos da conservação (figura 2).

Figura 2. Comparação dos níveis de participação comunitária entre o PNM e o PNL.

Fonte: Andersson et al. (2021).

A análise comparativa demonstra que a complexidade administrativa e a distância entre os centros de decisão e as comunidades locais tendem a reduzir a eficácia dos modelos participativos, conforme argumentado por Ostrom (2009). Assim, modelos de governança mais descentralizados e adaptados às realidades locais apresentam maior potencial de sustentabilidade social e ambiental.

No PNL, os benefícios são mais concentrados em projectos estruturais, como construção de infraestruturas comunitárias (escolas, furos de água) e compensações associadas ao reassentamento. ″ Embora essas iniciativas tenham impacto positivo, muitas comunidades relatam sentimento de exclusão e desigualdade na distribuição dos benefícios, sobretudo nas zonas periféricas do parque (GIZ, 2022) ″.

″ A cooperação internacional, embora importante, nem sempre garante a consistência operacional no terreno, resultando em fragmentação de responsabilidades e atrasos na execução dos programas (WWF, 2021) ″.

Tabela 4. Principais desafios comparativos de gestão e conservação entre PNM e PNL.

Item	Categoria	Parque Nacional de Maputo (PNM)	Parque Nacional do Limpopo (PNL)
1	Sustentabilidade financeira	Financiamento estável, mas dependente de doadores.	Financiamento variável, dependente de acordos internacionais.
2	Pressões antrópicas	Expansão agrícola e turismo desordenado.	Caça furtiva e ocupação em zonas tampão.
3	Conflitos homem-fauna	Moderados (elefantes e hipopótamos).	Elevados (elefantes e leões).
4	Coordenação institucional	Boa integração ANAC–PPF.	Coordenação multinacional complexa.

Fonte: ANAC (2023); WWF (2021).

Tabela 5. Síntese dos resultados comparativos entre PNM e PNL.

Item	Dimensão de Análise	Parque Nacional de Maputo (PNM)	Parque Nacional do Limpopo (PNL)
1	Estrutura de gestão	Mista (ANAC + PPF)	Transfronteiriça (ANAC + GLTP)
2	Participação comunitária	Elevada (comités locais e fundos comunitários)	Moderada (comités de reassentamento)
3	Benefícios diretos	Turismo, educação ambiental, microprojectos	Infraestrutura e compensações
4	Principais desafios	Sustentabilidade financeira e expansão urbana	Caça furtiva e coordenação multinacional
5	Nível de integração comunitária	Alto	Médio a baixo

Fonte: Autor 2025.

Os resultados demonstram que, embora ambos os parques implementem mecanismos participativos, o grau de autonomia comunitária difere significativamente, refletindo distintos contextos institucionais.

6. CONCLUSÃO

O estudo demonstrou que, embora o Parque Nacional de Maputo e o Parque Nacional do Limpopo adoptem princípios comuns de gestão integrada e participação comunitária, os resultados obtidos diferem significativamente em função das configurações institucionais e territoriais. O PNM destaca-se pela maior integração comunitária e pela geração de benefícios socioeconómicos mais diretos, enquanto o PNL enfrenta desafios associados à governança transfronteiriça e à limitada participação local (tabela 6).

Tabela 6. Níveis de participação comunitária observados em PNM e PNL.

Nível de Participação	Descrição	Exemplo no PNM	Exemplo no PNL
Informação	Comunicação de decisões sem influência direta.	Divulgação de planos anuais.	Sessões informativas após decisões.
Consulta	As comunidades expressam opiniões, mas sem poder decisório.	Reuniões públicas esporádicas.	Consultas durante reassentamentos.
Parceria	Decisões partilhadas entre governo e comunidade.	Gestão conjunta de fundos e projetos turísticos.	Participação limitada em comités locais.
Delegação de poder	Comunidades com autoridade formal sobre decisões.	Início de experiências de cogestão.	Ainda não implementado.

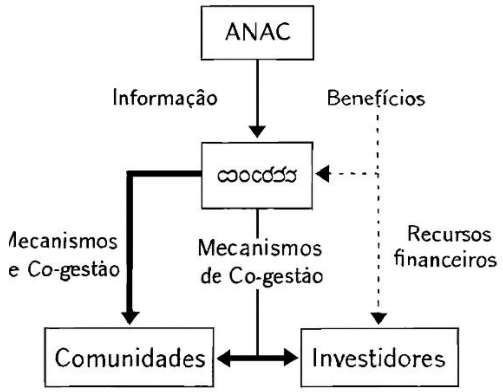
Fonte: Autor (2025).

Conclui-se que o fortalecimento da governança participativa, aliado à transparência institucional e à redistribuição equitativa de benefícios, é essencial para assegurar a sustentabilidade das áreas de conservação em Moçambique. Recomenda-se o reforço da capacitação comunitária, a criação de mecanismos claros de repartição de benefícios e a integração das políticas de conservação com estratégias de desenvolvimento local, de modo a consolidar modelos de gestão verdadeiramente inclusivos e sustentáveis.

″ Autores como Ostrom (2009) e Plummer et al. (2017) defendem que o fortalecimento da governança colaborativa requer autonomia decisória local**,** capacitação

institucional **e** mecanismos de responsabilização recíproca ″. No contexto moçambicano, a consolidação dessas condições passa pelo reforço dos comités de gestão comunitária, pela descentralização orçamental e pelo reconhecimento legal das formas tradicionais de uso da terra. Em ambos os casos (PNM e PNL), a chave do sucesso reside na construção de confiança mútua entre gestores e comunidades, sustentada por benefícios concretos e mecanismos transparentes de gestão.

Figura 5. Modelo proposto de co-gestão integrada para áreas de conservação em Moçambique.



Fonte: Ostrom (2009); Plummer et al. (2017).

Conclui-se que o fortalecimento da governança participativa, aliado à transparência institucional e à redistribuição equitativa de benefícios, é essencial para assegurar a sustentabilidade das áreas de conservação em Moçambique. Recomenda-se o reforço da capacitação comunitária, a diversificação das fontes de financiamento e a integração das políticas de conservação com estratégias de desenvolvimento local.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGRAWAL, A.; GIBSON, C. C. Enchantment and disenchantment: the role of community in natural resource conservation. **World Development**, v. 27, n. 4, p. 629-649, 1999.

ANAC – ADMINISTRAÇÃO NACIONAL DAS ÁREAS DE CONSERVAÇÃO. **Plano Estratégico Nacional de Áreas de Conservação** *2015–2025*. Maputo, 2019.

ANDERSSON, K. P. et al. Transboundary governance and local participation in protected areas: lessons from Southern Africa. **Environmental Science & Policy**, v. 122, p. 150-162, 2021.

ARNSTEIN, S. R. A ladder of citizen participation. **Journal of the American Institute of Planners**, v. 35, n. 4, p. 216-224, 1969.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BERKES, F. Evolution of co-management: role of knowledge generation and social learning. **Journal of Environmental Management**, v. 90, n. 5, p. 1692-1702, 2009.

BORRINI-FEYERABEND, G. et al. **Governance of protected areas: from understanding to action.** Gland: IUCN, 2013.

CARLSSON, L.; BERKES, F. Co-management: concepts and methodological implications. **Journal of Environmental Management**, v. 75, n. 1, p. 65-76, 2005.

CHAMBERS, R. **Whose reality counts?** Putting the first last. London: Intermediate Technology Publications, 1997.

DUDLEY, N. et al. Protected area governance for the 21st century. **PARKS**, v. 20, n. 1, p. 1-10, 2014.

MITADER – MINISTÉRIO DA TERRA, AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL. **Política e Estratégia Nacional de Áreas de Conservação.** Maputo, 2015.

OSTROM, E. A general framework for analyzing sustainability of social-ecological systems. **Science**, v. 325, n. 5939, p. 419-422, 2009.